

**MESTRADO**  
**CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS**  
**EMPRESARIAIS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**DISSERTAÇÃO**

**MATÉRIAS RELEVANTES EM AUDITORIA E OS SEUS  
DETERMINANTES: O CASO DO SETOR BANCÁRIO EUROPEU**

**LILIANA PATRÍCIA LOURO CARVALHO (43450)**

**OUTUBRO - 2018**

**MESTRADO EM**  
**CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS**  
**EMPRESARIAIS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**DISSERTAÇÃO**

**MATÉRIAS RELEVANTES EM AUDITORIA E OS SEUS**  
**DETERMINANTES: O CASO DO SETOR BANCÁRIO EUROPEU**

**LILIANA PATRÍCIA LOURO CARVALHO**

**ORIENTAÇÃO:**

**PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO CARLOS DE OLIVEIRA SAMAGAIO**

**OUTUBRO - 2018**

## Resumo

O presente estudo visa identificar o tipo de *Key Audit Matters* (KAM) presentes no relatório de auditoria sobre as DF's dos bancos europeus. Adicionalmente, este estudo procura verificar se determinadas circunstâncias estão associadas ao nível de KAM, mais concretamente, o tipo de auditor, complexidade do relato financeiro e a regulação setorial. Para tal, recorreu-se a uma amostra de 273 bancos europeus com dados relativos ao ano de 2017.

Os resultados permitem concluir que os bancos auditados pelas grandes empresas de auditoria como as *Big 4* (as quatro maiores empresas internacionais de auditoria: *Deloitte*, *Ernst & Young*, *KPMG*, *PWC* - *Pricewaterhousecoopers*) estão associados negativamente às KAM, pois caso um banco seja auditado por uma *Big 4*, em média, o *nkam* diminui aproximadamente 51,67%. Verificou-se também que não existe uma associação entre KAM e a complexidade do relato financeiro, representada pelo julgamento das matérias contabilísticas. No entanto, face ao grande aumento de leis e regulamentos por toda a parte do mundo e de acordo com Olivier (2000), um ambiente de regulação complexo pode modificar os riscos do auditor, bem como os riscos para a própria administração da empresa. Através dos modelos testados neste estudo conseguiu-se concluir quanto maior é o capital do banco mais o banco deixa de estar em risco de incumprimento.

**Palavras-chave:** auditoria, matérias relevantes em auditoria, ISA 701, relatório de auditoria

**Código JEL:** M42 *Auditing*; G21 *Banks*

## **Abstract**

The present study aims to identify the type of *Key Audit Matters* (KAM) present in the audit report on the FDs of European banks. In addition, this study seeks to verify if certain circumstances are associated with the level of KAM, more specifically, the type of auditor, complexity of financial reporting and sector regulation. To this end, a sample of 273 European banks with data for the year 2017 was used.

The results allow us to conclude that banks audited by large audit firms such as the *Big 4* (the four largest international audit firms: *Deloitte*, *Ernst & Young*, *KPMG*, *PWC* - *Pricewaterhousecoopers*) are negatively associated with KAM, because if a bank is audited by a *Big 4*, on average, *nkam* decreases by approximately 51.67%. It was also found that there is no association between KAM and the complexity of financial reporting, represented by the judgment of accounting matters. However, in view of the large increase in laws and regulations throughout the world and according to Olivier (2000), a complex regulatory environment can modify the risks of the auditor as well as the risks to the company's own management. Through the models tested in this study it was possible to conclude that the bank's capital is higher and the bank is no longer at risk of default.

**Keywords:** audit, key audit matters, ISA 701, audit report

**JEL Code:** M42 *Auditing*; G21 *Banks*

## **Agradecimentos**

O Trabalho Final de Mestrado é o culminar de uma longa caminhada feita durante vários anos da vida dos estudantes e por isso, todo o meu percurso escolar contou com importantes apoios e incentivos, sem os quais não se teria tornado uma realidade e aos quais estarei eternamente grata.

Aos meus pais, como meus modelos de coragem e de luta pela vida, que foram sempre um pilar bastante importante de apoio e incentivo durante o meu percurso académico. Muito obrigada pela oportunidade que me deram em estudar e pelo sacrifício que fizeram para que isso fosse possível.

Ao meu irmão, pelo incentivo que me deu ao longo de todo o percurso académico.

À restante família pela força e pelo carinho que sempre me prestaram durante a minha vida académica.

Ao professor Dr. António Samagaio, orientador da dissertação, pela sabedoria e pela ajuda fundamental prestada ao longo de todo o processo. Agradeço o tempo disponibilizado e o esclarecimento de dúvidas, assim como todos os conselhos e experiência que fizeram com que este trabalho se pudesse concluir.

À minha amiga Ana Cristina Mendes, pelos momentos partilhados ao longo deste Mestrado e da realização desta dissertação, que comentou o meu trabalho, deu sugestões e me prestou apoio nos momentos mais difíceis.

A todos os meus amigos e colegas que de forma direta ou indireta, contribuíram, incentivaram ou auxiliaram durante todo o percurso académico e não só na elaboração deste estudo.

O meu profundo e sincero agradecimento a todas estas pessoas que contribuíram para a concretização desta dissertação.

## **Lista de Abreviaturas**

AEG – *Audit Expectation Gap*

BCE – Banco Central Europeu

*Big 4* – As quatro maiores empresas internacionais de auditoria (*Deloitte, Ernst & Young, KPMG, PWC - Pricewaterhousecoopers*)

DF's – Demonstrações Financeiras

EOROC – Estatuto da Ordem dos Revisores de Contas

IAASB – *International Auditing and Assurance Standards Board*

ISA – *International Standard on Auditing*

KAM – *Key Audit Matters*

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Composição da amostra por país .....	16
Tabela 2 – Estatísticas descritivas da variável dependente .....	17
Tabela 3 – Composição da amostra por n.º de KAM .....	17
Tabela 4 – Composição da Amostra por Tipo de KAM.....	18
Tabela 5 – Estatísticas descritivas das variáveis independentes .....	18
Tabela 6 – Composição da amostra por firma de auditoria.....	18
Tabela 7 – Matriz de Correlação de <i>Pearson</i> .....	20
Tabela 8 – Resultado do Modelo Geral Regressão <i>Negative Binomial</i> .....	21
Tabela 9 – Resultado do Modelo Individuais Especificados Regressão <i>Negative Binomial</i> .....	24

## Índice de Figuras

Figura 1- Como os auditores selecionam as KAM? .....	5
Figura 2 – Ilustração do “gap de informação” .....	7

## Índice

<b>Resumo .....</b>	<b>i</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>ii</b>
<b>Agradecimentos .....</b>	<b>iii</b>
<b>Lista de Abreviaturas .....</b>	<b>iv</b>
<b>Índice de Tabelas .....</b>	<b>v</b>
<b>Índice de Figuras .....</b>	<b>v</b>
<b>1. Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>2. Revisão da Literatura.....</b>	<b>4</b>
<b>2.1. Matérias Relevantes de Auditoria e suas implicações.....</b>	<b>4</b>
<b>2.2. Determinantes das Matérias Relevantes de Auditoria.....</b>	<b>8</b>
<b>3. Dados e Metodologia .....</b>	<b>15</b>
<b>3.1. Descrição da amostra .....</b>	<b>15</b>
<b>3.2. Descrição das variáveis .....</b>	<b>16</b>
<b>3.3. Modelo .....</b>	<b>19</b>
<b>4. Análise e Discussão dos Resultados.....</b>	<b>20</b>
<b>5. Conclusão .....</b>	<b>25</b>
<b>6. Referências .....</b>	<b>27</b>



## 1. Introdução

O objetivo de uma auditoria é expressar uma opinião sobre se as Demonstrações Financeiras (DF's) estão preparadas em todos os aspetos materiais, de acordo com uma estrutura concetual de relato financeiro aplicável e comunicar no relatório de auditoria conforme exigido pelas ISA's, de acordo com as suas constatações (ISA 200, parágrafo 11). Mock *et al.* (2013) afirmam que existe um *gap* entre aquilo que é comunicado no relatório e aquilo que os *stakeholders* desejavam que fosse comunicado.

As falências e escândalos financeiros de grandes empresas neste princípio do século XXI suscitaram a necessidade de implementar alterações de procedimentos de modo a garantir uma melhor qualidade da auditoria (Francis & Yu, 2009; Cordos & Fülöp, 2015). Por outro lado, as crises financeiras das últimas três décadas, tais como a crise Mexicana “Efeito Tequila” (1994), a crise da Ásia Oriental (1997), a crise Russa (1998), a crise Argentina (2002), a crise *Subprime* dos EUA (2007), a crise da falência de *Lehman Brothers* (2008) e mais recentemente a crise da dívida soberana Europeia (2010/11) contaminaram o sistema financeiro (Pereira, 2018). Assim, surge a necessidade de incluir uma nova secção nos relatórios de auditoria que enfatize certos aspetos da informação financeira da empresa auditada (Cordos & Fülöp, 2015).

Em 2015, o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) publicou a *International Standard on Auditing* (ISA) 701 que visa a comunicação de KAM no relatório do auditor. Nos termos da ISA 701 (parágrafo 2), a comunicação das KAM torna-se útil uma vez que proporciona maior transparência e credibilidade acerca do trabalho efetuado pelo auditor. As melhorias no relatório potenciam a relevância deste para a tomada de decisões financeiras (Chen *et al.*, 2013). A comunicação das KAM proporciona informação adicional acerca da conceção e execução de procedimentos de auditoria que respondam a riscos de distorção material nas demonstrações financeiras (DF's) e na obtenção de prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para sustentar a opinião do auditor (ISA 701, parágrafo A13; Figueiredo, 2015). Pode-se afirmar que as KAM afetam a estratégia de auditoria a nível global visto que poderá ser necessário o envolvimento de pessoal mais experiente ou o envolvimento de peritos internos ou externos em áreas especializadas (Figueiredo, 2015).

O presente estudo visa identificar o tipo de KAM presentes no relatório de auditoria sobre as DF's dos bancos europeus. Esta temática é pertinente uma vez que ainda existem poucos estudos sobre a nova norma das KAM e, adicionalmente, os bancos possuem uma relevância económica por terem estado no centro da última crise económica.

Num segundo nível, o presente estudo procura verificar se determinadas circunstâncias estão associadas ao nível de KAM, mais concretamente, o tipo de auditor, complexidade do relato financeiro e a regulação setorial. A literatura aponta que as grandes empresas de auditoria como as *Big 4*, fornecem auditorias de melhor qualidade e oferecem maior credibilidade às DF's dos seus clientes (Carlin *et al.*, 2009; Francis & Yu, 2009; Azizkhani *et al.*, 2010; Lawrence *et al.*, 2011; Abughazaleh *et al.*, 2015), pelo que é expectável que a dimensão da firma de auditoria esteja associada às KAM.

Por outro lado, assiste-se a um crescente uso de julgamentos e estimativas contabilísticas dinamizado, sobretudo, pela crescente complexidade das operações dos negócios globais (Dechow *et al.*, 2010). O relato financeiro envolve julgamentos, que pode provocar a gestão de resultados. Esta temática tem vindo a preocupar os vários intervenientes e utilizadores das DFs (Dechow & Skinner, 2000), uma vez que esta gestão implica alterações nos resultados apresentados pela empresa, o que poderá comprometer a qualidade dos relatórios financeiros e, por consequência, enviesar a tomada de decisão (Dechow *et al.*, 2010). Assim, a segunda circunstância analisada consiste verificar se existe uma associação entre KAM e a complexidade do relato financeiro, representada pelo julgamento das matérias contabilísticas.

Por último, atualmente assiste-se a um grande aumento de leis e regulamentos por toda a parte do mundo, que têm impacto em serviços de contabilidade e de auditoria (Olivier, 2000). Nesse sentido e de acordo com Olivier (2000), um ambiente de regulação complexo pode modificar os riscos do auditor, bem como os riscos para a própria administração da empresa. É neste sentido que irá ser analisado se o grau de cumprimento da legislação do setor financeiro influencia o índice de KAM.

Os resultados permitem concluir que os bancos auditados pelas grandes empresas de auditoria como as *Big 4* não estão associadas às KAM como era expectável. Adicionalmente, não existe uma associação entre KAM e a complexidade do relato financeiro, representada pelo julgamento das matérias contabilísticas. No

entanto, através dos modelos testados neste estudo conseguiu-se concluir quanto maior é o cumprimento da legislação do setor financeiro, maior é o índice de KAM (Olivier, 2000).

Após esta introdução, o presente trabalho encontra-se estruturado em 4 capítulos adicionais. No capítulo 2 será feita uma análise a alguns estudos desenvolvidos anteriormente sobre a temática, desenvolvendo o conceito de KAM e apresentando os possíveis determinantes das KAM. No capítulo 3 descrever-se-ão os procedimentos para obter os dados e caracterizar-se-á a metodologia adotada na investigação conduzida. Os resultados e a sua análise serão desenvolvidos no capítulo 4. Por último, no capítulo 5 serão apresentadas as principais conclusões.

## **2. Revisão da Literatura**

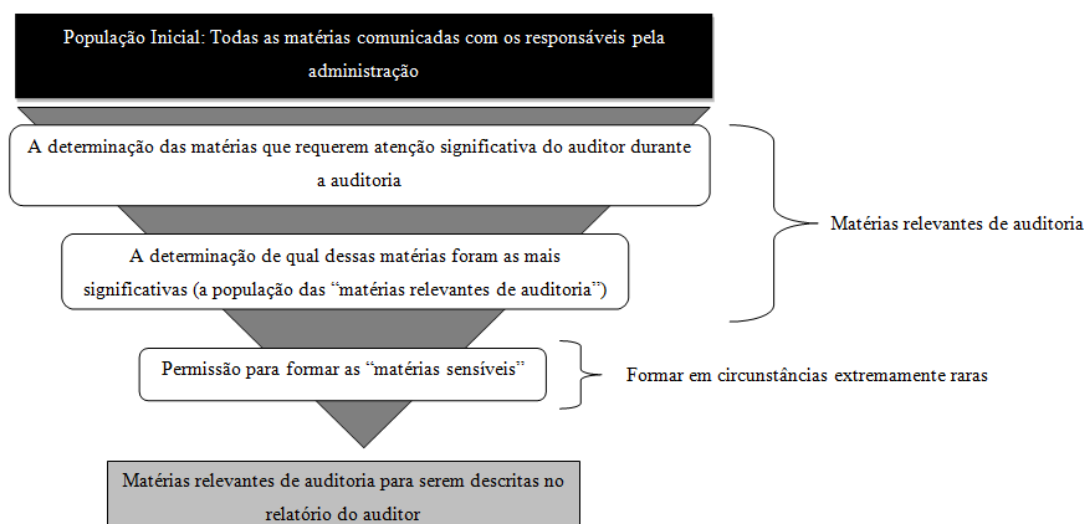
As falências e escândalos financeiros de grandes empresas neste princípio do século XXI suscitaram a necessidade de implementar alterações de procedimentos de modo a garantir uma melhor qualidade da auditoria (Francis & Yu, 2009; Cordos & Fülöp, 2015). Por outro lado, as crises financeiras das últimas três décadas, tais como a crise Mexicana “Efeito Tequila” (1994), a crise da Ásia Oriental (1997), a crise Russa (1998), a crise Argentina (2002), a crise *Subprime* dos EUA (2007), a crise da falência de *Lehman Brothers* (2008) e mais recentemente a crise da dívida soberana Europeia (2010/11) contaminaram o sistema financeiro (Pereira, 2018). Assim, surge a necessidade de incluir uma nova secção nos relatórios de auditoria que enfatize certos aspetos da informação financeira da empresa auditada (Cordos & Fülöp, 2015).

As KAM surgem implicitamente no n.º 2 do artigo 10º do Regulamento UE n.º537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de Abril, bem como no n.º 3 do artigo 45º do Estatuto da Ordem dos Revisores de Contas (EOROC).

### **2.1. Matérias Relevantes de Auditoria e suas implicações**

Segundo a ISA 701 (parágrafo 8), as KAM são as matérias que, no julgamento profissional do auditor, foram as de maior importância na auditoria das DF’s do período corrente, isto é, requerem uma atenção especial na execução da auditoria. Contudo, Chen *et al.* (2013) considera que as KAM não devem ser consideradas por julgamento do auditor, uma vez que podem incluir informação excessiva. Assim, a ISA 701 (parágrafo A9) refere que as KAM são um pequeno número de entre as matérias comunicadas aos encarregados de governação como sendo as mais importantes no processo de auditoria.

De acordo com a ISA 701, parágrafo 9, as KAM são assuntos relacionados com: (a) áreas de risco elevado de distorção material ou em situações mais graves, consideradas como áreas de risco significativo; (b) julgamentos significativos produzidos pelo auditor relativos a áreas das DF’s que envolveram julgamento significativo do órgão de gestão, nomeadamente as estimativas contabilísticas que tenham elevada incerteza de estimação; (c) o efeito na auditoria de acontecimentos e transações significativos que ocorreram durante o período. A PwC (2015) ilustra como são determinadas as KAM.



**Figura 1- Como os auditores selecionam as KAM? (adaptado de PwC, 2015, p.4)**

O contexto determina se uma matéria é considerada importante e/ou especial. Esse contexto é verificado, quer por fatores quantitativos e qualitativos, como por exemplo: a magnitude relativa, a natureza e efeito no assunto em causa e os interesses expressos de utilizadores ou destinatários (ISA 701, parágrafo A1). Por outro lado, considera-se matéria que exige uma atenção especial do auditor, aquela que desafia o auditor quanto à obtenção de prova de auditoria suficiente e apropriada ou quanto à formação da opinião sobre as DF's (ISA 701, parágrafo A13). As KAM são muitas vezes áreas complexas das DF's que afetam a estratégia global de auditoria, uma vez que é necessário o envolvimento de pessoal mais experiente ou até mesmo peritos em áreas específicas (ISA 701, parágrafo A14).

Um risco significativo de distorção material é potencialmente uma KAM, pois exige uma consideração especial no âmbito da auditoria. Na avaliação se um risco é ou não significativo, o auditor deverá ter em conta os seguintes elementos (ISA 315, parágrafo 28): i) o risco é um risco de fraude; ii) se o risco está relacionado com desenvolvimentos económicos, contabilísticos ou outros recentes e significativos e, por isso, exige atenção especial; iii) a complexidade das transações; iv) se o risco envolve transações significativas com partes relacionadas; v) o grau de subjetividade na mensuração da informação financeira relacionada com o risco, especialmente quanto às mensurações com um amplo intervalo de incerteza; e, vi) se o risco envolve transações

significativas fora do âmbito normal de atividade da entidade ou que de outra forma aparentam não ser usuais<sup>1</sup>.

Por outro lado, o risco de distorção material poderá ser maior no caso de matérias que necessitam de estimativas contabilísticas (ISA 315, parágrafo A121). Por exemplo, o julgamento sobre o justo valor pode ser subjetivo ou complexo ou exigir pressupostos quanto aos efeitos de acontecimentos, daí que exista elevada incerteza de estimação.

Silva (2017) apresenta uma revisão a 75 relatórios de auditoria, emitidos sobre as DF's de 2016, e observaram-se como principais KAM as seguintes áreas: i) imparidades de *goodwill*, de créditos a receber e outros investimentos financeiros; ii) reconhecimento de rédito; iii) impostos sobre o rendimento e impostos diferidos; iv) benefícios aos empregados; v) contingências fiscais; vi) valorização de participações financeiras, de propriedades de investimento e outros ativos.

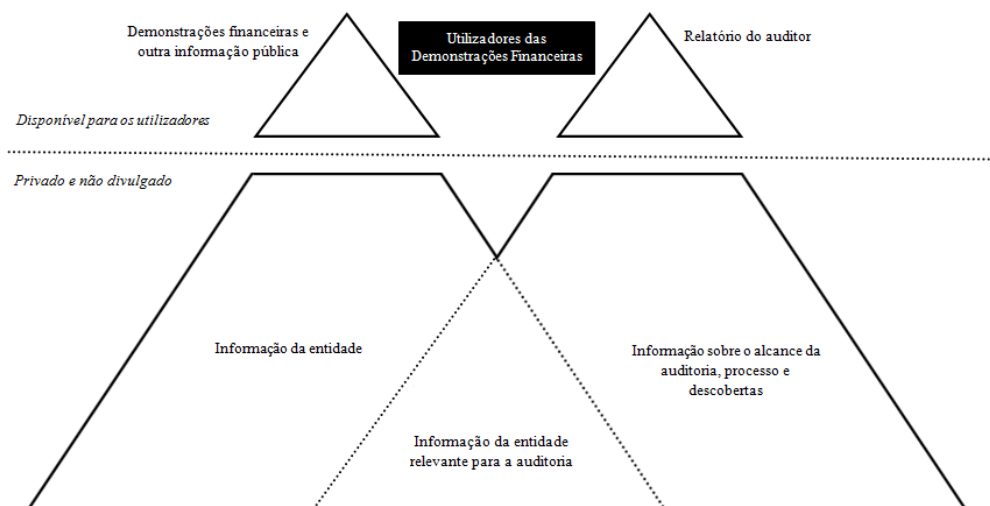
O objetivo de uma auditoria é expressar uma opinião sobre se as Demonstrações Financeiras (DF's) estão preparadas em todos os aspetos materiais, de acordo com uma estrutura concetual de relato financeiro aplicável e comunicar no relatório de auditoria conforme exigido pelas ISA's, de acordo com as suas constatações (ISA 200, parágrafo 11). Um relatório de auditoria segue um determinado modelo padrão previsto nas normas de auditoria. No entanto, um relatório de auditoria padronizado tem vantagens e inconvenientes. Segundo Simnett & Huggins (2014), o relatório de auditoria padronizado baseia-se na premissa de que o órgão de gestão é responsável pela preparação das DF's e o auditor examina essa informação sem adicionar nova informação. Por outro lado, Chen *et al.* (2013) afirmam que um desvio do relatório de auditoria padronizado irá proporcionar aos seus utilizadores uma maior dificuldade de interpretação. Contudo, essas melhorias no relatório irão potenciar a relevância deste para a tomada de decisões financeiras (Chen *et al.*, 2013).

Mock *et al.* (2013) afirmam que existe um *gap* entre aquilo que é comunicado no relatório e aquilo que os *stakeholders* desejavam que fosse comunicado. O IAASB (2011) apresenta uma ilustração para o *gap* de informação (Figura 2). Mock *et al.*

---

<sup>1</sup> Consideram-se transações não usuais aquelas que devido à sua natureza e dimensão não são rotineiras no decurso normal da atividade de uma entidade (ISA 315, parágrafo A119). Essas transações são aquelas que possuem: i) maior intervenção da gerência na especificação de tratamentos contabilísticos; ii) maior intervenção manual na recolha e processamento de dados; iii) cálculos ou princípios contabilísticos complexos; iv) natureza das transações não rotineiras, que pode dificultar a implementação pela entidade de controlos eficazes sobre os riscos.

(2013) revelam que os *stakeholders* desejam mais informações sobre o processo de auditoria, informações relacionadas com o risco da entidade, com os julgamentos feitos pelo auditor, entre outras. Este facto evidencia a necessidade do relatório de auditoria incluir informação adicional.



**Figura 2 – Ilustração do “gap de informação” (adaptado de IAASB, 2011, p. 9)**

Nos termos da ISA 210 (parágrafo A23), o auditor poderá incluir na carta de compromisso, o requisito para que o auditor comunique KAM no seu relatório ou a possibilidade de o fazer para que, posteriormente tenha a possibilidade de incluir esse capítulo no seu relatório. Por outro lado, a ISA 260 (parágrafo 15) refere que o auditor deve transmitir ao órgão de gestão uma visão geral do planeamento de auditoria, que inclui a comunicação dos riscos significativos identificados.

Silva (2017) revela importante o planeamento adequado de uma auditoria pois permite ponderar devidamente a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria a executar pelos diferentes membros da equipa de trabalho. Esta autora reforça também o conhecimento da entidade, do seu ambiente para conceber e implementar respostas aos riscos de distorção material identificados. Assim, permitirá a introdução das KAM e a descrição das respostas dadas pelo auditor no relatório de auditoria.

As KAM devem ser comunicadas no relatório de auditoria na secção “Matérias Relevantes de Auditoria”, utilizando um subtítulo apropriado (ISA 701, parágrafo 11). A presente ISA tornou-se aplicável a auditorias de DF’s de períodos findos em ou após

15 de dezembro de 2016 (ISA701, parágrafo 6). A ISA 701 é aplicável nas auditorias de DF's de finalidade geral de entidades cotadas. Contudo, com a publicação do Regulamento CE n.º537/2014 a sua aplicação estendeu-se a entidades de interesse público. Na secção “Matérias Relevantes de Auditoria”, o auditor deve explicitar a razão pela qual a matéria foi considerada KAM e descrever como a matéria foi tratada na auditoria (ISA 701, parágrafo 13). Essa explicação deve ser sucinta e equilibrada no contexto das responsabilidades de cada um, isto é, o auditor não deve passar informação original da entidade (ISA 701, parágrafo A34). Entende-se por informação original, qualquer informação sobre a entidade que não tenha sido por si tornada pública sob qualquer forma (ISA 701, parágrafo A35). Silva (2017) salienta a importância de incluir na documentação de auditoria todos os fatores que contribuíram para o julgamento profissional bem como a justificação de forma clara da escolha das KAM.

Da mesma forma, caso não exista qualquer KAM, o auditor deve incluir na documentação de auditoria a razão da sua inexistência (ISA 701, parágrafo 18). No entanto, é raro que não exista qualquer KAM (ISA 701, parágrafo A59).

## **2.2. Determinantes das Matérias Relevantes de Auditoria**

De acordo com Shikdar *et al.* (2018), existe uma lacuna entre a expectativa dos *stakeholders* e o desempenho ou papel dos auditores. No entanto, essas expectativas ainda não são totalmente conhecidas, pelo que persiste o denominado *Audit Expectation Gap* (AEG) (Shikdar *et al.*, 2018). AEG surge quando os auditores e os utilizadores das DF's (investidores, gestores, credores, organismos e entidades de controlo e público em geral) têm perceções diferentes sobre as responsabilidades dos auditores e trabalho executado pelo auditor (Shikdar *et al.*, 2018). Esta diferença de expectativa é crítica para a profissão de auditoria na medida em que afeta a prática de auditoria e o papel do auditor na sociedade (Shikdar *et al.*, 2018).

O AEG pode ser aumentado devido a fatores tais como: a falta de competência técnica e a falta de independência da auditoria (Shikdar *et al.*, 2018). A falta de metodologias estruturadas de auditoria contribuem para o aumento do AEG (Shikdar *et al.*, 2018). De acordo com Carlin *et al.* (2009) e Lawrence *et al.* (2011) a qualidade das auditorias das empresas *Big 4* deve-se não só pelo conhecimento técnico que possuem e das metodologias que utilizam, mas também porque estas empresas possuem uma maior



reputação associada ao valor da sua marca global e apresentam um grau de independência maior face aos seus clientes. As empresas multinacionais têm uma reputação global e usam procedimentos de controlo interno para garantir que as auditorias realizadas no nome da empresa mantenham essa reputação global (Masoud, 2017). Os utilizadores das DF's acreditam que as empresas de auditoria de maior dimensão possuem mais experiência e conhecimento de auditoria para redigir os relatórios de auditoria (Masoud, 2017). O AEG será menor quanto maior for a perceção que os utilizadores das DF's têm de que o auditor é independente (Salehi *et al.*, 2009) e o relatório de auditoria responda à necessidade de informação colocada pelos *stakeholders* do relato financeiro da entidade auditada.

DeAngelo (1981) define qualidade de auditoria como a probabilidade de deteção de distorções materiais nas DF's (capacidade) e, subsequentemente, a capacidade de reportá-las no relatório de auditoria (imune). No entanto, DeFond & Zhang (2014) argumentam que a qualidade de auditoria não se reflete apenas com a conformidade contabilística das DF's com as normas de contabilidade. Segundo esses autores, os auditores são igualmente responsáveis por assegurar um nível de qualidade dos relatórios financeiros que exceda a conformidade contabilística. Os auditores devem assegurar que as DF's espelham de forma verdadeira e adequada a economia subjacente à empresa (DeFond & Zhang, 2014). Pesquisas anteriores mostram evidência de que as maiores firmas de auditoria, nomeadamente as *Big 4*, fornecem auditorias de melhor qualidade, oferecendo assim, uma maior credibilidade às DF's dos seus clientes (Carlin *et al.*, 2009; Francis & Yu, 2009; Azizkhani *et al.*, 2010; Lawrence *et al.*, 2011; Abughazaleh *et al.*, 2015). De acordo com DeFond & Zhang (2014), as *Big 4* apresentam auditorias de melhor qualidade devido a vários fatores: i) conseguem atrair melhores recursos humanos dotados das competências necessárias para o exercício da profissão; ii) as economias de escala ajudam a promover a competência dos auditores dessas firmas; iii) a atuação e o domínio na maioria dos setores de atividade permitem a especialização das equipas de trabalho; iv) espera-se que os auditores das *Big 4* sejam mais independentes; e v) durante o processo de auditoria, os auditores das *Big 4* usam uma abordagem mais contextual do que processual.

Tendo em consideração o normativo sobre as KAM apresentado na secção anterior, podemos constatar que a sua divulgação depende essencialmente do julgamento profissional do auditor sobre um determinado item e do próprio contexto

onde se insere a entidade auditada. A literatura acima enunciada, aponta que as *Big 4* tenham trabalhos de maior qualidade, pelo que é expetável que essas firmas tenham um melhor discernimento sobre os assuntos que devam ser repostados como KAM, e assim, reduzindo o AEG.

Neste contexto, identificamos a seguinte hipótese para o presente estudo:

H1: As empresas auditadas pelas firmas *Big 4* tendem a ter um índice maior de KAM.

O crescente uso de julgamentos e estimativas contabilísticas deveu-se sobretudo à crescente complexidade das operações dos negócios globais (Dechow *et al.*, 2010). De acordo com a ISA 540 (parágrafo 7, alínea a)), uma estimativa contabilística significa uma aproximação a uma quantia monetária na ausência de meios precisos de mensuração. Assim, o auditor deverá obter prova apropriada e suficiente se as estimativas contabilísticas nas DF's são razoáveis e se as divulgações relacionadas nas DF's são adequadas no contexto do quadro de relato financeiro aplicável (ISA 540 – parágrafo 6). Esta norma de auditoria apresenta vários exemplos do uso das estimativas contabilísticas no parágrafo A6, tais como, imparidade de dívidas a receber de clientes/devedores, obsolescência de inventários, método de depreciação ou vida útil dos ativos fixos tangíveis, imparidade relativamente à quantia escriturada de um investimento financeiro onde exista incerteza de contratos de longo prazo, entre outros.

A responsabilidade pela realização das estimativas contabilísticas cabe ao órgão de gestão da empresa (Costa, 2014). Ao auditor compete avaliar tais estimativas através da obtenção de prova de auditoria apropriada e suficiente (Costa, 2014). O auditor deve exercer julgamento profissional ao planejar e executar uma auditoria de DF's (ISA 200, parágrafo 16). De acordo com a ISA 200 (parágrafo 13), o julgamento profissional assenta na aplicação de formação, conhecimento e experiência relevantes, no contexto das normas de auditoria, de contabilidade e ética, para tomar decisões com fundamento acerca das linhas de ação apropriadas nas circunstâncias do trabalho de auditoria. Desta forma, e em conformidade com a ISA 200 (parágrafo A23), o julgamento profissional é necessário, entre outras temáticas, nas decisões sobre a avaliação dos julgamentos efetuados pelo órgão de gestão na aplicação pela entidade do referencial de relato financeiro aplicável.

Schipper (1989) define a gestão de resultados como a intervenção da gestão no processo de produção e relato da informação contabilística com a intenção de obter determinados benefícios próprios. Analogamente, Healy & Wahlen (1999), definem gestão de resultados como um fenómeno que ocorre quando os juízos da gestão são utilizados para iludirem os *stakeholders* sobre o desempenho económico da empresa, ou para influenciar resultados contratuais que estejam dependentes dos resultados contabilísticos divulgados pela empresa. Dechow & Skinner (2000) distinguem gestão de resultados de fraude: a gestão de resultados aproveita a flexibilidade das normas e princípios contabilísticos para atingir os próprios interesses, ou seja, dentro dos limites previstos da regulamentação; por outro lado a fraude ultrapassa os limites das normas e princípios contabilísticos.

Esta temática tem vindo a preocupar os vários intervenientes e utilizadores das DF's (Dechow & Skinner, 2000), uma vez que esta gestão implica alterações nos resultados apresentados pela empresa, o que poderá comprometer a qualidade dos relatórios financeiros e, por consequência, enviesar a tomada de decisão (Dechow *et al.*, 2010). Dechow & Skinner (2000) argumentam que as escolhas contabilísticas apenas se poderão considerar manipulação se forem executadas com a intenção de ocultar o verdadeiro desempenho económico da empresa.

De acordo com Barghathi (2017), os bancos têm um papel influente no mercado de capitais. Barghathi (2017) argumenta que através da gestão de resultados os administradores dos bancos podem sustentar a aparência de uma posição financeira robusta bem como satisfazer os requisitos legais. Segundo o mesmo autor, o alisamento de resultados permite: i) melhorar as perceções do risco dos bancos para os investidores e reguladores; ii) apoiar os esforços dos gestores na manutenção dos seus esquemas de incentivos; iii) satisfazer os acionistas, na medida em que o alisamento de resultados permite pagar um fluxo constante de dividendos; iv) oferecer aos gestores de baixa qualidade uma imagem de boa gestão face aos investidores; e v) reduzir os impostos a pagar e melhorar o preço das ações. Um exemplo de alisamento de resultados é a criação de uma provisão para créditos de cobrança duvidosa (*Loan Loss Provision*), que envolve julgamentos (Barghathi, 2017). A literatura refere que durante os anos de expansão aumentam esta provisão e nos anos de recessão diminuem-na para obterem maiores resultados (Healy & Wahlen, 1999). A provisão para créditos de cobrança duvidosa apresenta as perdas futuras esperadas com empréstimos a serem divulgadas no

período corrente como despesas acumuladas na demonstração de resultados (Barghathi, 2017).

Conforme o mencionado na secção anterior, o relato financeiro que envolve julgamentos significativos por parte do órgão de gestão, e onde se inclui as estimativas contabilísticas que envolvam incerteza na estimativa, poderá ser considerada uma KAM. Consequentemente, é expetável que possa existir uma relação entre a profundidade do relato financeiro que é determinado pela aplicação de julgamento pela gerência e o nível de KAM repostados pelo auditor. Neste contexto, propomos a seguinte hipótese para o presente estudo:

H2: A aplicação de julgamentos em matérias contabilísticas no setor bancário afeta positivamente o índice de KAM.

Atualmente assiste-se a um grande aumento de leis e regulamentos por toda a parte do mundo, que têm impacto na contabilidade e auditoria (Olivier, 2000).

Nos termos da ISA 250 (parágrafo 1), o auditor é responsável por considerar leis e regulamentos numa auditoria das DF's. Contudo, não é expetável que o auditor detete o não cumprimento de todas as leis e regulamentos (ISA 250, parágrafo 4). De facto existe um risco inevitável de que algumas distorções relevantes nas DF's possam não ser detetadas, mesmo que uma auditoria seja adequadamente planeada e executada (ISA 250, parágrafo 5). De acordo com a ISA 250 (parágrafo 5), no contexto de leis e regulamentos, os efeitos potenciais de limitações inerentes à capacidade do auditor em detetar distorções relevantes são maiores pelas seguintes razões: a) existem muitas leis e regulamentos, relacionados principalmente com aspetos operacionais de uma entidade, que normalmente não afetam as DF's e não são capturados pelos sistemas de informação da entidade relevantes para os relatórios financeiros; b) o incumprimento<sup>2</sup> pode envolver uma conduta projetada para ocultá-la, como conluio, falsificação, falha deliberada de registar transações, substituição de controlos de gestão ou deturpações intencionais feitas ao auditor; e c) se um ato constitui incumprimento é, em última instância, uma questão de determinação legal por um tribunal de justiça. A ISA 250 (parágrafo 6) distingue as responsabilidades do auditor em relação ao cumprimento de duas categorias de leis e regulamentos: i) as disposições das leis e regulamentos

---

<sup>2</sup> Atos de omissão por parte da entidade, intencionais ou não, contrários às leis ou regulamentos vigentes. Tais atos incluem transações realizadas por, ou em nome da entidade, ou em seu nome, pelos responsáveis da gestão, administração ou empregados. O incumprimento não inclui a conduta imprópria pessoal (não relacionada às atividades do negócio da entidade) pelos responsáveis pela gestão, administração ou funcionários da entidade (ISA 250, parágrafo 11).

geralmente reconhecidos como tendo efeito direto na determinação de quantias e divulgações relevantes nas DF's, tais como leis e regulamentos tributários e de pensão; ii) outras leis e regulamentos que não têm efeito direto sobre a determinação dos valores e divulgações nas DF's, mas cujo cumprimento pode ser fundamental para aspetos operacionais do negócio, para a capacidade de uma entidade de continuar nos negócios ou para evitar penalidades significativas (por exemplo, cumprimento de uma licença operacional, cumprimento dos requisitos regulamentares de solvência ou cumprimento das regulamentações ambientais); o não cumprimento de tais leis e regulamentos pode, portanto, ter um efeito material nas DF's. Assim, no que toca à alínea i) a responsabilidade do auditor é obter prova de auditoria apropriada e suficiente relativamente ao cumprimento das disposições legais, enquanto que na alínea ii) a responsabilidade do auditor é limitada à realização de procedimentos específicos de auditoria para ajudar a identificar casos, que possam ter efeito material nas DF's, de não cumprimento das disposições legais (ISA 250, parágrafo 7).

Olivier (2000) refere que, um ambiente de regulação complexo pode modificar os riscos do auditor, bem como os riscos para a própria administração da empresa. De acordo com Simunic *et al.*, (2015), padrões uniformes de auditoria serão adotados e funcionarão bem para um conjunto de países que têm sistemas jurídicos mais ou menos semelhantes - como é o caso dos países da Comunidade Britânica e os países da União Europeia. No entanto, caso os sistemas legais sejam fracos poderão ocorrer problemas de não conformidade do auditor com os padrões (Simunic *et al.*, 2015). Caso ocorra uma falha de auditoria, a conformidade com os padrões de auditoria eliminará a responsabilidade legal de um auditor, tanto para os investidores como para a empresa cliente (Simunic *et al.*, 2015).

De acordo com os autores Mozhovyi & Pavliuk (2017), o setor bancário é o principal responsável pela destabilização financeira no período das crises financeiras. Os mesmos autores referem que, as crises bancárias intensificaram uma discussão entre aqueles que defendem uma regulamentação e supervisão bancária mais eficazes, e aqueles que atribuem regulamentação excessiva como causas das crises. A nível internacional, o regulador global é o Banco de Compensações Internacionais, representado pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia, que emite as regras relativas à adequação dos fundos próprios bem como outros princípios de regulamentação bancária. Adicionalmente, o Fundo Monetário Internacional (FMI) deve

assegurar intervenções para melhorar e estabilizar o sistema financeiro e a Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários (IOSCO) é um fórum, no qual os valores mobiliários reguladores discutem e publicam regras comuns sobre uma ampla gama de questões que afetam a integridade dos mercados de valores mobiliários. Por outro lado, na Europa, as principais fontes de regulação e supervisão do setor bancário são os tratados (Mozhovi & Pavliuk, 2017). A partir de Janeiro de 1999, o Banco Central Europeu (BCE) assumiu a responsabilidade pela política monetária na zona euro dos estados membros. No entanto, o setor bancário Europeu está sujeito a outros atos legislativos, adotados pela União Europeia bem como pelos seus órgãos, considerados como nível secundário. Essa legislação secundária pode ser obrigatória (regulamentos, diretivas e decisões) ou facultativa (recomendações e pareceres).

De acordo com Voller & Wales (2018), a prevenção do branqueamento de capitais é um dos assuntos mais importantes da atualidade. Define-se branqueamento de capitais como o ato de ganhar dinheiro de uma fonte ilegal “A” e parecer que esse dinheiro é proveniente de uma fonte legal “B” (Voller & Wales, 2018). Dentro da União Europeia, o combate ao branqueamento de capitais é mais ou menos unânime, uma vez que todos os estados membros adotaram a diretiva relativa ao branqueamento de capitais para as suas leis nacionais. De acordo com os autores referenciados, o Artigo 2º, n.º 1, alínea e), da diretiva relativa ao branqueamento de capitais estipula que esta diretiva é aplicável às seguintes entidades obrigadas: “Outras pessoas que negociam bens na medida em que os pagamentos são efetuados ou recebidos em numerário num montante de dez mil euros ou mais, independentemente de a transação ser efetuada através de uma única operação ou de várias operações aparentemente relacionadas entre si.” Assim, verifica-se que todas as pessoas singulares e empresas (incluindo instituições financeiras) estão sujeitas à diretiva do branqueamento de capitais. No entanto, esta diretiva está mais vocacionada para instituições financeiras (Voller & Wales, 2018).

O *Basel Committee on Banking Supervision* (BCBS) foi criado em 1944, para garantir a supervisão bancária e gestão do risco, formulando recomendações sobre boas práticas nos bancos ao nível internacional. O principal objetivo deste comité estava no “fortalecimento da robustez e estabilidade do sistema bancário internacional e garantir que a plataforma fosse justa e consistente ao nível da sua aplicação aos bancos em diferentes países, procurando diminuir as desigualdades nas condições de concorrência

entre os bancos a nível internacional” (Basel Committee on Banking Supervision, 2003). Assim surgiram os Acordos I, II e III. O Acordo I definiu que o capital divide-se em duas partes: *Tier I* ou *Tier II*. O capital básico, ou *Tier I*, representa a capacidade de pagamento da dívida dos bancos. Este indicador é constituído pelo capital social, reservas, lucros acumulados, resultados líquidos do exercício e deduzidos os valores das ações próprias, do capital ainda não consolidado, os prejuízos acumulados, as despesas pré-operacionais e as imobilizações incorpóreas. Por outro lado, o *Tier II* ou capital suplementar é constituído pelas reservas de reavaliação, provisão gerais e para o risco de crédito e instrumentos de capital de natureza híbrida (compostos pelas ações preferenciais perpétuas e a dívida subordinada). No entanto, a implementação dos vários acordos introduziu alterações nestas medidas de capital.

Assim, de acordo com a literatura referenciada conclui-se que existe uma complexidade da legislação que proporciona um aumento do risco de distorção material o que poderá exigir uma atenção especial na auditoria, daí que surgem as KAM.

Neste contexto, propomos a seguinte hipótese para o presente estudo:

H3: O grau de cumprimento da legislação no setor bancário influencia negativamente o índice de KAM.

### **3. Dados e Metodologia**

#### **3.1. Descrição da amostra**

A população-alvo do presente estudo consiste nos bancos que atuam na União Europeia. Para esse efeito, recorreremos ao *site* do BCE ([https://www.ecb.europa.eu/stats/financial\\_corporations/list\\_of\\_financial\\_institutions/html/index.en.html](https://www.ecb.europa.eu/stats/financial_corporations/list_of_financial_institutions/html/index.en.html)) para obter a lista completa das instituições financeiras com atividade na União Europeia. Dessa lista, selecionámos apenas os bancos com a designação de *Credit Institution*, que totalizava 6.252 entidades.

A amostra utilizada neste trabalho é constituída por 273 bancos, pertencentes a 12 países da União Europeia. A dimensão da amostra prende-se com o acesso dos dados, pois estes foram obtidos a partir da consulta dos relatórios de auditoria de cada banco e da base de dados *BankFocus* versão 2018104. Para um número significativo de bancos, o relatório de auditoria não estava disponível na internet ou em língua inglesa.

Os dados foram recolhidos durante os meses de Setembro e Outubro e dizem respeito ao período de 2017.

No que respeita à distribuição da amostra por país (Tabela 1), Reino Unido, Portugal, França e Espanha são os países que apresentam uma maior representatividade.

**Tabela 1 – Composição da amostra por país**

<b>País</b>	<b>N.º de observações</b>	<b>Percentagem (%)</b>
<b>Alemanha</b>	24	8,79
<b>Áustria</b>	7	2,56
<b>Bélgica</b>	13	4,76
<b>Dinamarca</b>	4	1,47
<b>Espanha</b>	28	10,26
<b>França</b>	30	10,99
<b>Irlanda</b>	12	4,40
<b>Itália</b>	25	9,16
<b>Polónia</b>	13	4,76
<b>Portugal</b>	50	18,32
<b>Reino Unido</b>	59	21,61
<b>Suécia</b>	8	2,93
<b>Total</b>	273	100,00

### **3.2. Descrição das variáveis**

#### **Variável dependente**

O número de KAM (*nkam*) apresentadas no relatório de auditoria constitui a variável dependente usada no primeiro modelo de análise das hipóteses de investigação. Os resultados mostram que em média os relatórios de auditoria possuíam aproximadamente 4 KAM e continham entre 1 e 8 KAM (Tabela 2). Relativamente à composição da amostra por número de KAM (Tabela 3), podemos verificar que 29,3% dos relatórios consultados possuíam 2 KAM. Adicionalmente, pode-se acrescentar que mais de metade dos relatórios consultados (56,78%) incluíam entre 2 e 4 KAM.

Num segundo momento de análise, especificámos as KAM pelas suas características. Assim, fez-se uma análise primária às KAM retiradas dos relatórios de auditoria da amostra, tendo definido cinco tipos de KAM: *kamtipo1* (inclui as matérias



que incidem sobre julgamentos, tais como, imparidades, estimativas, provisões, recuperabilidade do *goodwill*); *kamtipo2* (inclui os assuntos relacionados com o reconhecimento e a mensuração de ativos, passivos, rendimentos e gastos); *kamtipo3* (engloba as matérias relativas às tecnologias de informação e gestão de sistemas informação); *kamtipo4* (engloba os assuntos relacionados com o cumprimento da regulamentação do setor, alteração de normas de contabilidade, legislação sobre o branqueamento de capitais e alterações produzidas por outras normas legais); e *kamtipo5* (inclui as KAM que não foram enquadradas nas quatro categorias anteriores). Os 273 bancos da amostra continham um total de 1.021 KAM, em que 39,67% são *kamtipo1* e 30,46% são do *kamtipo2* (Tabela 4). As variáveis *kamtipo1* e *kamtipo2* assumem um valor mínimo de zero e um máximo de quatro KAM. Em ambos os casos, o valor médio destes tipos de KAM situou-se em torno de uma KAM.

**Tabela 2 – Estatísticas descritivas da variável dependente**

<b>Variável</b>	<b>N.º de observações</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>Desvio-Padrão</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>
<i>Nkam</i>	273	3,74	3	2,14	1	8
<i>kamtipo1</i>	273	1,48	1	1,05	0	4
<i>kamtipo2</i>	273	1,14	1	1,00	0	4
<i>kamtipo3</i>	273	0,34	0	0,47	0	1
<i>kamtipo4</i>	273	0,34	0	0,51	0	2
<i>kamtipo5</i>	273	0,44	0	0,68	0	3

**Tabela 3 – Composição da amostra por n.º de KAM**

<b>N.º de KAM</b>	<b>N.º de observações</b>	<b>Percentagem (%)</b>
<b>1</b>	26	9,52
<b>2</b>	80	29,30
<b>3</b>	41	15,02
<b>4</b>	34	12,45
<b>5</b>	49	17,95
<b>6</b>	6	2,20
<b>7</b>	0	0,00
<b>8</b>	37	13,55
<b>Total</b>	273	100,00

Tabela 4 – Composição da Amostra por Tipo de KAM

Tipo de KAM	N.º de Observações	Percentagem (%)
<i>kamtipo1</i>	405	39,67
<i>kamtipo2</i>	311	30,46
<i>kamtipo3</i>	92	9,01
<i>kamtipo4</i>	94	9,21
<i>kamtipo5</i>	119	11,66
<b>Total</b>	1021	100,00

### Variáveis independentes

As estatísticas descritivas das variáveis independentes são sintetizadas na Tabela 5.

Tabela 5 – Estatísticas descritivas das variáveis independentes

Variável	Obs.	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
<i>Big4</i>	273	0,90	1	0,30	0	1
<i>Ratio_TierI</i>	273	11,06	13	9,72	0	76,50
<i>LnTierI_Capital</i>	273	16.544.111	469029	37.212.149	0	383.942.000
<i>LnTImp_Loans</i>	273	586.317	1590	1.839.330	0	10.532.000
<i>RatioImp_Equity</i>	273	19,83	6,29	30,85	0	213,97
<i>LnTotalFA_FairValue</i>	273	28.178.151	0	124.476.520	0	689.671.000

A variável *Big4* é uma variável *dummy*, que assume o valor 1, quando o banco é auditado por uma empresa *Big 4* e 0 caso contrário. De acordo com a Tabela 6, podemos verificar que a larga maioria dos bancos da amostra foram auditados por uma *Big 4* (90,11%).

Tabela 6 – Composição da amostra por firma de auditoria

Auditor	N.º de Observações	Percentagem (%)
Não <i>Big4</i>	27	9,89
<i>Big4</i>	246	90,11
<b>Total</b>	273	100,00

O *construct* do cumprimento da legislação enunciado em H3 é medido através de duas variáveis observáveis: *Ratio\_TierI* e *TierI\_Capital*. O *Ratio\_TierI* permite analisar a solvabilidade dos bancos, pois estabelece um nível mínimo de capital que as instituições devem ter em função dos requisitos de fundos próprios decorrentes dos riscos associados à sua atividade (Basel Committee on Banking Supervision, 2003).

Este rácio é apurado através do quociente entre o conjunto de fundos próprios designado de *core*<sup>3</sup> e as posições ponderadas em função do seu risco. *Ratio\_TierI* deve ser superior a 6% e em 2019 espera-se que deva ser superior a 8%. A variável *TierI\_Capital* é usada para descrever a adequação de capital de um banco, ou seja, o dinheiro que o banco armazenou para mantê-lo a funcionar em todas as transações de risco que ele realiza, como negociação/investimento e empréstimo. Esta é uma variável expressa em euros e nesse sentido logaritmicou-se os dados recolhidos, passando a designar-se por *LnTierI\_Capital*.

O nível de julgamento que incide sobre as matérias contabilísticas presentes nas DF's de um banco enunciado em H2 é mensurado a partir de três variáveis: *TImpLoans*, *RatioImp\_Equity* e *TotalFA\_FairValue*. *TImpLoans* representa a imparidade total dos empréstimos e de outros ativos e é expresso em euros. Para testar as hipóteses do estudo utilizou logaritmicou-se esta variável e passou a designar-se por *LnTImpLoans*. *RatioImp\_Equity* mostra a proporção de imparidades nos empréstimos no total de capital. *TotalFA\_FairValue* é a totalidade de ativos financeiros mensurados ao justo valor através da demonstração de resultados e é expresso em euros, por isso logaritmicou-se a variável recolhida e daqui em diante denomina-se *LnTotalFA\_FairValue*.

### 3.3. Modelo

As hipóteses de investigação colocadas no presente estudo serão testadas através do modelo de Regressão *Negative Binomial* (modelo de regressão para dados de contagem), uma vez que a variável dependente assume apenas valores inteiros não negativos, correspondentes à ocorrência de um dado número de acontecimentos (Ramalho, 1996). De acordo com o mesmo autor, este modelo é mais adequado do que o modelo de *Poisson* não só em termos de dispersão, mas também permite melhorar a modelação em situações de contagem. Foi utilizado o seguinte modelo empírico, onde o somatório  $Var_{ij}$  representa as variáveis independentes.

$$(1) \text{Log count NKAM}_j = \beta_0 + \sum_{i=1}^n Var_{ij} + \varepsilon_j \quad i, j = (1, 2, \dots, n),$$

sendo  $i$  os fatores das variáveis contextuais e  $j$  as observações.

---

<sup>3</sup> A quantia do capital *Tier I* separa: o capital social integralizado/ações ordinárias; as reservas; participações minoritárias no capital de subsidiárias; os instrumentos inovadores; os outros instrumentos de capital; o capital excedente de seguradoras; e *goodwill* e outras quantias deduzidas.

(2)  $\text{Log count TipoKAM}_j = \beta_0 + \sum_{i=1}^n \text{Var}_{ij} + \varepsilon_j \quad i, j = (1, 2, \dots, n)$ ,  
sendo  $i$  os fatores das variáveis contextuais e  $j$  as observações.

Os dados apresentados na secção posterior foram estimados através do *software* STATA.

#### 4. Análise e Discussão dos Resultados

A Tabela 7 apresenta a matriz de correlação de *Pearson* entre as variáveis objeto de estudo, onde se verifica que para as relações estatisticamente significativas, a intensidade da associação entre variáveis é relativamente reduzida. Em relação às KAM (*nkam*), verificamos que está correlacionada negativamente com o *Ratio\_TierI* confirmando-se assim H3. Os bancos que apresentem pior desempenho no cumprimento do *Ratio\_TierI*, deverão suscitar maior atenção ao auditor, com reflexos no reporte da situação na secção das KAM.

Por outro lado, existe uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre *nkam* e as variáveis *LnTimpLoans* e *LnTotalFA\_FairValue*, o que permite corroborar H2 do estudo. Por sua vez, ao se destacar a correlação positiva e estatisticamente significativa entre *big4* e as variáveis *LnTierI\_Capital* e *RatioImp\_Equity*, verificamos que os bancos auditados pelas *big4* tendem a ter um capital (*TierI*) e *RatioImp\_Equity* superiores. Adicionalmente, existe uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre as variáveis *RatioImp\_Equity* e *LnTimpLoans*.

**Tabela 7 – Matriz de Correlação de *Pearson***

	<i>Nkam</i>	<i>big4</i>	<i>Ratio_TierI</i>	<i>LnTierI_Capital</i>	<i>LnTimpLoans</i>	<i>RatioImp_Equity</i>	<i>LnTotalFA_FairValue</i>
<i>Nkam</i>	1,0000						
<i>big4</i>	-0,4710	1,0000					
<i>Ratio_TierI</i>	-0,0893*	0,1894	1,0000				
<i>LnTierI_Capital</i>	0,1148	0,0783*	0,4107	1,0000			
<i>LnTimpLoans</i>	0,0151*	-0,1413	0,1815	0,2674	1,0000		
<i>RatioImp_Equity</i>	0,1655	0,0361*	0,2426	0,4880	0,0720*	1,0000	
<i>LnTotalFA_FairValue</i>	0,0956*	0,1400	0,0772*	0,1179	-0,4457	0,3282	1,0000

\* indica a significância estatística ao nível de 10%.

Na Tabela 8 é apresentado o *output* do modelo de estimação do efeito das variáveis independentes na variável *nkam*. Em primeiro lugar, verificámos o *p-value* para o qui-quadrado ( $\text{Prob} > \text{Chi}^2$ ). Este é um teste em que todos os coeficientes estimados são iguais a zero, ou seja, é um teste do modelo como um todo. Dado que o *p-value* é inferior ao  $\alpha$  de 5% ou de 10% então rejeita-se a hipótese nula, ou seja, o modelo é estatisticamente significativo.

**Tabela 8 – Resultado do Modelo Geral Regressão *Negative Binomial***

$nkam = \beta_0 + \beta_1 \text{Big 4} + \beta_2 \text{Ratio\_TierI} + \beta_3 \text{LnTierI\_Capital} + \beta_4 \text{LnTimpLoans} + \beta_5 \text{RatioImp\_Equity} + \beta_6 \text{LnTotalFA\_FairValue}$				
	Sinal Esperado	Coefficientes Estimados	Desvio-Padrão	$p >  z $
<i>Const</i>		1.823795	0.101749	0.000
<i>big4</i>	+	-0.7270151	0.087369	0.000***
<i>Ratio_TierI</i>	-	-0.0019183	0.0015062	0.203
<i>LnTierI_Capital</i>	-	0.0398478	0.0218698	0.068*
<i>LnTimpLoans</i>	+	-0.0122904	0.0224679	0.584
<i>RatioImp_Equity</i>	+	0.0022014	0.0014078	0.118
<i>LnTotalFA_FairValue</i>	+	0.0676013	0.0438642	0.123
*, ** e *** indicam a significância estatística ao nível de 10%, 5% e 1%, respetivamente.				
Pseudo R <sup>2</sup> = 0.0654; Prob > Chi <sup>2</sup> = 0.0000				

Na Tabela 8, está identificado o *p-value* para cada variável do modelo e que testa a significância individual ( $p > |z|$ ). A variável *big4* é estatisticamente significativa, uma vez o *p-value* é inferior ao  $\alpha$  de 1%. A estimativa sobre  $\beta_1$  indica o impacto sobre o número esperado de KAM, sendo  $(e^{-0.7270151} - 1) * 100 = -51,67\%^4$ . Verifica-se que caso um banco seja auditado por uma *big4*, em média, o *nkam* diminui aproximadamente 51,67%, o que contraria o sinal de H1 deste estudo. A variável *LnTierI\_Capital* é estatisticamente significativa, pois o *p-value* é inferior ao  $\alpha$  de 10%. No que toca à variável *LnTierI\_Capital*, à medida que esta varia uma unidade, o *nkam* varia aproximadamente 4,07%. Assim, pode-se afirmar que está a contrariar H3 uma vez que quando maior for o capital que o banco possui, mais o banco deixa de estar em risco de incumprimento. As restantes variáveis apresentadas no modelo não são estatisticamente significativas individualmente para o modelo, dado que o *p-value* é superior ao  $\alpha$  tanto de 5% como de 10%.

<sup>4</sup> Daqui em diante será sempre esta a fórmula utilizada para calcular as percentagens  $(e^{\beta_j} - 1) * 100\%$ .

Para determinar se as variáveis *big4*, *Ratio\_TierI*, *RatioImp\_Equity*, são estatisticamente significativas conjuntamente, realizou-se um teste de significância conjunta destas 3 variáveis. Verificámos que as variáveis são estatisticamente significativas tanto para o  $\alpha$  a 5% como para 10% para a determinação de *nkam*, uma vez que  $\text{Prob} > \text{Chi}^2 = 0.0000$ . Este resultado pode ser interessante uma vez que individualmente a variável *RatioImp\_Equity*, não era estatisticamente significativa, no entanto não deixa de ser importante para o modelo, conjuntamente com outras variáveis.

Da mesma forma, as variáveis *Ratio\_TierI* e *LnTierI\_Capital* não eram estatisticamente significativas, no entanto, em conjunto com a variável *big4* tornam-se estatisticamente significativas.

No entanto, é importante especificar o tipo de KAM presente nos relatórios. Nesse sentido, o modelo Tabela 9 tem como variável dependente a *kamtipo1*. Podemos verificar que o modelo é válido como um todo. Neste modelo, apenas as variáveis *big4* e *LnTierI\_Capital* são estatisticamente significativas para o modelo. Se um banco é auditado por uma *big4*, o *kamtipo1* varia negativamente cerca de 51,62%. Pode-se verificar que à medida que *LnTierI\_Capital* aumenta uma unidade a *kamtipo1* aumenta em 6,82%. Este é um resultado importante visto existir uma associação entre *kamtipo1* e o cumprimento da legislação do setor bancário. Assim, verifica-se que quando mais elevado é o grau de cumprimento da legislação no setor bancário, o índice de *kamtipo1* varia positivamente.

Na Tabela 9 procedeu-se à estimação do modelo com a variável dependente *kamtipo2*. Este modelo é estatisticamente significativo. Constata-se que *big 4* é estatisticamente significativa individualmente para um  $\alpha$  de 1%. Caso um banco seja auditado por uma *big 4*, verifica-se que *kamtipo2* varia negativamente 61,28%, contrariando a H1 do estudo.

Na Tabela 9, podemos verificar os resultados da estimação do modelo com a variável *kamtipo3*. Este modelo também é estatisticamente significativo e a única variável estatisticamente significativa individualmente é a *big4*. Mais uma vez, verifica-se que a H1 do estudo é rejeitada, visto que quando uma *big4* audita um banco, o *kamtipo3* varia negativamente cerca de 66,95%.

O modelo com a variável dependente *kamtipo4*, com todas as variáveis, não é estatisticamente significativo, pelo que não se podem retirar conclusões. Assim, retirou-

se variáveis do modelo e o modelo é estatisticamente significativo. Contudo, as variáveis não são estatisticamente significativas individualmente, pelo que não se podem retirar conclusões.

Dado que *kamtipo5* é uma variável residual não é interessante estimar o modelo, visto que não nos irá proporcionar informação adicional.

Tabela 9 – Resultado do Modelo Individuais Especificados Regressão *Negative Binomial*

<b><math>kamtipo1 = \beta_0 + \beta_1 Big\ 4 + \beta_2 Ratio\_TierI + \beta_3 LnTierI\_Capital + \beta_4 LnTImpLoans + \beta_5 RatioImp\_Equity + \beta_6 LnTotalFA\_FairValue</math></b>				
	<b>Sinal Esperado</b>	<b>Coefficientes Estimados</b>	<b>Desvio-Padrão</b>	<b><math>p &gt;  z </math></b>
<i>Const</i>		0.8563694	0.1635275	0.000
<i>big4</i>		-0.7260721	0.1392069	0.000***
<i>Ratio_TierI</i>	-	-0.0025817	0.0024004	0.282
<i>LnTierI_Capital</i>	-	0.0659784	0.0350594	0.060*
<i>LnTImpLoans</i>	+	-0.0249924	0.0359171	0.487
<i>RatioImp_Equity</i>	+	0.0029149	0.0022357	0.192
<i>LnTotalFA_FairValue</i>	+	0.0529979	0.0698479	0.448
Pseudo R <sup>2</sup> = 0.0467; Prob > Chi2 = 0.0000				
<b><math>kamtipo2 = \beta_0 + \beta_1 Big\ 4 + \beta_2 Ratio\_TierI + \beta_3 LnTierI\_Capital + \beta_4 LnTImpLoans + \beta_5 RatioImp\_Equity + \beta_6 LnTotalFA\_FairValue</math></b>				
	<b>Sinal Esperado</b>	<b>Coefficientes Estimados</b>	<b>Desvio-Padrão</b>	<b><math>p &gt;  z </math></b>
<i>Const</i>		0.7296052	0.1778945	0.000
<i>big4</i>		-0.9490291	0.1493383	0.000***
<i>Ratio_TierI</i>		0.0015496	0.0027052	0.567
<i>LnTierI_Capital</i>		0.0340494	0.0397479	0.392
<i>LnTImpLoans</i>	+	0.0298224	0.0416349	0.474
<i>RatioImp_Equity</i>	+	-0.0003897	0.0025607	0.879
<i>LnTotalFA_FairValue</i>	+	0.0421313	0.0847032	0.619
Pseudo R <sup>2</sup> = 0.0548; Prob > Chi2 = 0.0000				
<b><math>kamtipo3 = \beta_0 + \beta_1 Big\ 4 + \beta_2 Ratio\_TierI + \beta_3 LnTierI\_Capital + \beta_4 LnTImpLoans + \beta_5 RatioImp\_Equity + \beta_6 LnTotalFA\_FairValue</math></b>				
	<b>Sinal Esperado</b>	<b>Coefficientes Estimados</b>	<b>Desvio-Padrão</b>	<b><math>p &gt;  z </math></b>
<i>Const</i>		-0.1713685	0.314772	0.382
<i>big4</i>		-1.107115	0.2680278	0.000*
<i>Ratio_TierI</i>		-0.0063221	0.0053987	0.242
<i>LnTierI_Capital</i>		0.0416988	0.0737251	0.572
<i>LnTImpLoans</i>		-0.0412004	0.76872	0.592
<i>RatioImp_Equity</i>		0.0027965	0.0048693	0.566
<i>LnTotalFA_FairValue</i>		0.1441561	0.1430411	0.314
Pseudo R <sup>2</sup> = 0.0534; Prob > Chi2 = 0.0023				
<b><math>kamtipo4 = \beta_0 + \beta_1 Big\ 4 + \beta_2 Ratio\_TierI + \beta_3 LnTierI\_Capital</math></b>				
	<b>Sinal Esperado</b>	<b>Coefficientes Estimados</b>	<b>Desvio-Padrão</b>	<b><math>p &gt;  z </math></b>
<i>Const</i>		-16.10074	638.255	0.980
<i>big4</i>		15.33158	638.255	0.981
<i>Ratio_TierI</i>	+	-0.0043959	0.0046461	0.344
<i>LnTierI_Capital</i>	+	-0.0321045	0.606883	0.597
Pseudo R <sup>2</sup> = 0.0544; Prob > Chi2 = 0.0001				
*, ** e *** indicam a significância estatística ao nível de 10%, 5% e 1%, respetivamente.				



## 5. Conclusão

As falências e escândalos financeiros de grandes empresas neste princípio do século XXI, como a crise da falência de *Lehman Brothers* (2008) e mais recentemente a crise da dívida soberana Europeia (2010/11) contaminaram o sistema financeiro (Pereira, 2018). Surgiu, por isso, a necessidade de implementar alterações nos relatórios de auditoria que enfatize certos aspetos da informação financeira da empresa auditada (Cordos & Fülöp, 2015).

Nesse sentido, o presente estudo visa identificar o tipo de KAM presentes no relatório de auditoria sobre as DF's dos bancos europeus. Esta temática é pertinente uma vez que ainda existem poucos estudos sobre a nova norma das KAM e, adicionalmente, os bancos possuem uma relevância económica por terem estado no centro da última crise económica. Adicionalmente, este estudo procura verificar se determinadas circunstâncias estão associadas ao nível de KAM, mais concretamente, o tipo de auditor, complexidade do relato financeiro e a regulação setorial. Para tal, recorreu-se a uma amostra de 273 bancos europeus com dados relativos ao ano de 2017.

Os resultados permitem concluir que os bancos auditados pelas grandes empresas de auditoria como as *Big 4* estão associados negativamente às KAM.

Verificou-se também que não existe uma associação entre KAM e a complexidade do relato financeiro, representada pelo julgamento das matérias contabilísticas.

No entanto, face ao grande aumento de leis e regulamentos por toda a parte do mundo e de acordo com Olivier (2000), um ambiente de regulação complexo pode modificar os riscos do auditor, bem como os riscos para a própria administração da empresa. Através dos modelos testados neste estudo conseguiu-se concluir quanto maior é o cumprimento da legislação do setor financeiro, maior é o índice de KAM.

Este estudo contém, naturalmente, algumas limitações. Em primeiro lugar, a dificuldade de acesso aos relatórios de auditoria, uma vez que estes nem sempre estão contemplados no índice dos relatórios de gestão, o que dificulta uma pesquisa rápida. De referir também o idioma em que os relatórios de auditoria são expressos e nem todos os relatórios continham a secção de KAM. Ao nível de alguns relatórios verificou-se descrições padronizadas, o que contribui para um menor valor acrescentado da

informação prestada aos *stakeholders*. Por outro lado, a base de dados *BankFocus*, esteve sem acesso durante quase todo o mês de Outubro que não permitiu uma análise mais aprofundada das variáveis que se poderiam incluir no modelo e da própria interpretação do mesmo.

Como estudos futuros, aponta-se o alargamento do estudo a empresas por diferentes setores de atividade e verificar qual o tipo de KAM associadas a cada setor, ajustando naturalmente as categorias de KAM.

## 6. Referências

- Abughazaleh, N., O'connell, V. & Princen, J. (2015). Audit Quality, Auditor Size and Legal Environments. *Quarterly Journal of Finance & Accounting* 53 (3/4), 39-78.
- Azizkhani, M., Monroe, G., & Shailer, G. (2010). The value of Big 4 audits in Australia. *Accounting & Finance* 50 (4), 743-766.
- Barghathi, Y., (2017). Stakeholders' perceptions on earnings management motivations and techniques in Libyan commercial banks. *Accounting & Management Information Systems* 16 (3), 344–368.
- Basel Committee on Banking Supervision (2003). “*The New Basel Capital Accord*”. Issued for comment by 31 July 2003, disponível em <http://www.bis.org/bcbs/bcbscp3.pdf> [Acesso em: 05-10-2018].
- Carlin, T., Finch, N., & Laili, N. (2009). Questioning the Big 4 Audit Quality Assumption: New Evidence from Malaysia. *ICFAI Journal of Audit Practice* 6 (2), 35-56.
- Chen, L., Jones, K., Ling Lei, L., Michas, P., Pawlewicz, R., & Pevzner, M. (2013). Comments by the Auditing Standards Committee of the Auditing Section of the American Accounting association on the IAASB Proposal: Improving the Auditor's Report. *American Accounting Association* 7 (1), 11-21.
- Cordos, G. & Fülöp, M. (2015). Understanding audit reporting changes: introduction of Key Audit Matters. *Accounting & Management Information System* 14 (1), 128-152.
- Costa, C. (2014). Auditoria Financeira – Teoria & Prática, 10ª Ed. Lisboa: Rei dos Livros.
- DeAngelo, L. E. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics* 3 (3), 183-199.
- Dechow, P. & Skinner, D. (2000). Earnings Management: Reconciling the Views of Accounting Academics, Practitioners, and Regulators. *Accounting Horizons* 14 (2), 235-250.

Dechow, P., Ge, W. & Schrand, C. (2010). Understanding Earnings Quality: A Review of the Proxies, their Determinants and their Consequences. *Journal of Accounting and Economics* 50 (2-3), 344-401.

DeFond, M. & Zhang, J. (2014). A review of archival auditing research. *Journal of Accounting and Economics* 58 (2013 Conference Issue), 275-326.

Deumes, R., Schelleman, C., Bauwhede, H., & Vanstraelen. (2012). Audit Firm Governance: Do Transparency Reports Reveal Audit Quality?. *Auditing: A Journal Of Practice & Theory* 31 (4), 193-214.

EOROC – Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Figueiredo, O. (2015). A nova ISA 701 – Comunicar Matérias Relevantes de Auditoria no Relatório do Auditor Independente e o novo conteúdo do relatório de auditoria. *Revista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas* 71, 8-15.

Francis, J. & Yu, M. (2009). Big 4 Office Size and Audit Quality. *Accounting Review* 84 (5), 1521-1552.

Healy, P. & Wahlen, J. (1999). A Review of the Earnings Management Literature and Its Implications for Standard Setting. *Accounting Horizons* 13 (4), 365-383.

IAASB. (2009). ISA 200 – Overall Objectives of the Independent Auditor and the conduct of an Audi in accordance with International Standards on Auditing. New York.

IAASB. (2009). ISA 210 – Agreeing the Terms of Audit Engagements. New York.

IAASB. (2009). ISA 250 (Revised) – Consideration of Laws and Regulations in an Audit of Financial Statements. New York.

IAASB. (2009). ISA 540 (Revised) – Auditing Accounting Estimates, Including Fair Value Accounting Estimates, and Related Disclosures. New York.

IAASB (2011). Enhancing the Value of Auditor Reporting: Exploring Options for Change Consultation Paper. IFAC. Disponível em: <https://www.ifac.org/publications-resources/enhancing-value-auditorreporting-exploring-options-change> [Acesso em: 04-04-2018].

IAASB. (2013). ISA 315 (Revised) – Identifying and Assessing the Risks of Material Misstatement through Understanding the Entity and Its Environment. New York.

IAASB. (2016). ISA 260 (Revised) – Communication with Those Charged with Governance. New York.

IAASB. (2016). ISA 701 – Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report. New York.

Lawrence, A., Minutti-Meza, M., & Ping, Z. (2011). Can Big 4 versus Non-Big 4 Differences in Audit-Quality Proxies Be Attributed to Client Characteristics?. *Accounting Review* 86 (1), 259-286.

Litjens, R., Buuren, J. & Vergoossen, R. (2015). Addressing Information Needs to Reduce the Audit Expectation Gap: Evidence from Dutch Bankers, Audited Companies and Auditors. *International Journal of Auditing* 19 (3), 267-281.

Masoud, N. (2017). An empirical study of audit expectation-performance gap: The case of Libya. *International Business and Finance* 41, 1-15.

Mock, T. J., Bédard, P. J., Coram, S. M., Davis, R., Espahbodi., and Warne, R. C. (2013), The Audit Reporting Model: Current Research Synthesis and Implications. *Auditing: A Journal of Practice and Theory* 32 (1), 323-351.

Mozhovyi, O. & Pavliuk, O. (2017). Global Banking System Regulatory Environment. *International Economic Policy*. Disponível em: <http://widgets.ebscohost.com/prod/customerspecific/ns000290/authentication/index.php?url=https%3a%2f%2fsearch.ebscohost.com%2flogin.aspx%3fdirect%3dtrue%26AuthType%3dip%2ccookie%2cshib%2cuid%26db%3dedsoj%26AN%3dedsoj.01bb36fc6e24c7cb48b5b01aab653e9%26lang%3dpt-br%26site%3dedsoj-live%26scope%3dsite> [Acesso em: 12-10-2018].

Olivier, H. (2000). Challenges facing the accountancy profession. *European Accounting Review* 9 (4), 603-624.

Pereira, D. (2018). Financial Contagion in the BRICS Stock Markets: An empirical analysis of the Lehman Brothers Collapse and European Sovereign Debt Crisis. *Journal of Economics and Financial Analysis* 2 (1), 1-44.

PwC (2015). Delivering the value of the audit: New insightful audit report. Disponível em: <https://www.pwc.com/gx/en/audit-services/publications/assets/pwc-auditingreport-new-insightful.pdf> [Acesso em: 04-04-2018].

Ramalho, J. (1996). Modelos de regressão para dados de contagem. Dissertação de Mestrado em Matemática Aplicada à Economia e à Gestão, ISEG. Disponível em: [http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/1881/1/tese\\_mestrado.pdf](http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/1881/1/tese_mestrado.pdf). [Acesso em 10-10-2018].

Regulamento CE n.º537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 Abril de 2014 relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público.

Salehi, M., Mansoury, A. & Azary, Z. (2009) Audit Independence and expectation gap: empirical evidence from Iran. *International Journal of Economics and Finance* 1 (1), 165- 174.

Schipper, K. (1989), Commentary on Earnings Management. *Accounting Horizons* 3 (4), 91-102.

Shikdar, M., Faruk, O. & Hossain Chowdhury, M. (2018). Reducing the Audit Expectation Gap: A model for Bangladesh Perspective. *International Journal of Management, Accounting & Economics* 5 (3), 169-180.

Silva, S. (2017). Matérias Relevantes de Auditoria – Leitura de relatórios. *Revista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas* 78, 12-18.

Simnett, R., & Huggins, A. (2014). Enhancing the Auditors Report: To what extent is there support for the IAASBs Proposed Changes?. *Accounting Horizons* 28 (4), 719-747.

Simunic, D., Minlei, Y., & Ping, Z. (2015). Audit Quality, Auditing Standards, and Legal Regimes: Implications for International Auditing Standards. *Journal of International Accounting Research* 14 (2), 221-234.

Voller, T. & Wales, M. (2018). Prevention of Money Laundering: European Approach. *Business Credit* 120 (5), 28–30.